
DE ALDEADOS A URBANIZADOS: ASPECTOS DA IDENTIDADE ÉTNICA INDÍGENA NA CIDADE DE MANAUS

*Raimundo Nonato Pereira da Silva**

Resumo

Têm-se tratado com mais frequência a questão indígena tomando-se como referência a aldeia. Neste estudo, a questão do índio é posta em termos espaciais como “território cultural” constituído por uma rede de relações sociais, na cidade. Este deslocamento do lugar de observação nos permite reconhecer aspectos diversos da questão indígena brasileira.

“Conquista” e transformações do espaço nas terras dos bares, dos igarapés e dos rios colossais

Contextualizar as relações interétnicas dos índios na cidade de Manaus requer antes de tudo averiguar as relações de contato dos vários grupos entre si, e destes com a sociedade ocidental antes, durante e depois do processo de colonização da Amazônia.

As informações disponíveis sobre as sociedades indígenas foram registradas por viajantes, exploradores, missionários, aventureiros e naturalistas, principalmente, entre os séculos XV–XVIII. Apesar de determinados registros terem a marca do etnocentrismo europeu, é possível encontrar nesses documentos o modo pelo qual eram estabelecidas as relações de contato entre os índios e destes com a sociedade envolvente.

Os documentos então produzidos constituem-se nos primeiros documentos

* O autor é professor de Antropologia na Fundação Universidade do Amazonas, assessor da AMARN (Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro) e mestrando em Antropologia na UFRS.

etnográficos sobre a gente e a terra; são “fontes importantes para o conhecimento da história e da cultura dos povos indígenas” (Porro, 1993:7). Este raciocínio numa perspectiva lógica nos alicerça e juntamente com as interpretações e indagações acerca desses povos, realizadas por estudiosos que procuram entender o complexo mundo amazônico a partir da gênese humana, nos remete a questionarmos a organização sociocultural, econômica e política das sociedades indígenas, que possuíam uma forma de organização social adequada ao ecossistema amazônico.

O processo de adequação do homem autóctone às circunstâncias ambientais e suas adaptabilidades ao longo das transformações que se sucederam dentro do plano ecológico, cultural, político, econômico e social, mereceram um capítulo à parte na historiografia da Amazônia (Oliveira, 1983).

O esboço cronológico traçado por Adélia Engrácia de Oliveira serve de apoio crítico para compreendermos o modo de vida dos indígenas antes do processo de colonização. As paragens arqueológicas apresentadas nos dão um panorama das zonas do povoamento na Amazônia, onde as cabeceiras dos rios tornam-se pontos em que desenvolveram-se os processos social, econômico, político e cultural da maioria das sociedades indígenas que viveram e vivem na Amazônia.

A carta de Diogo Nunes a D. João III de Portugal em 1538, os relatos de Frei Gaspar de Carvajal e as versões de Oviedo y Valdés; os depoimentos de cronistas da expedição de Úrsula e Aguirre: Vásques, Altamirano, Zúñiga e Monguia; as narrativas dos leigos franciscanos que acompanharam a expedição de Pedro Teixeira, e os relatos de Samuel Fritz entre outros, constituem-se em acervos que documentam a história do processo de ocupação do solo que, posteriormente, foi “inventado” de Amazônia pelo homem ocidental.

As narrativas contidas nesses documentos possibilitam analisar os transtornos decorrentes dos contatos mantidos entre “os índios” e o “homem branco”. As ações de cunhos religioso, militar e econômico constituíram-se em processos que tentavam justificar a ocupação do espaço amazônico, muito embora essas ações tenham-se desenvolvido ao longo dos séculos que se sucederam ao processo de colonização. A organização social dos indígenas foi amplamente afetada pelas ações ditadas pelo contexto europeu (Corrêa, 1994). A empunhadura das armas e da cruz constituíram-se em estratégias para converter os índios à condição de não índio; as sociedades indígenas que se

opuseram ao “projeto civilizador” foram submetidas a um verdadeiro etnocídio e genocídio.

Trabalhar com a hipótese de que toda e qualquer dominação no plano físico e cultural não se dá de forma absoluta nos possibilita pensar que, apesar do aperfeiçoamento dos sistemas de dominação que foram amplamente utilizados pelos agentes colonizadores e reproduzidos ao longo dos tempos, os índios utilizaram-se de mecanismos que de uma certa forma os caracterizam enquanto tais, mantendo assim a sua condição de índio.

A introdução de elementos estranhos transformou ecológica e socialmente o espaço amazônico. A criação de aldeamentos e fortificações foram, num primeiro momento, a resposta para a incorporação da mão-de-obra indígena e do solo amazônico ao patrimônio europeu. Dentro desse projeto de aldeamentos e de fortificações, várias cidades foram erguidas, tendo por objetivo a incorporação dos indígenas ao mundo europeu, seja pela persuasão religiosa, seja pela admissão compulsória num mundo desvinculado do seu¹.

Dentro desse projeto, eminentemente militar, foi erguido em 1669 o Forte de São José da Barra, cujo objetivo era garantir a posse das terras pertencentes a Portugal contra a invasão estrangeira, principalmente de ingleses e holandeses. O projeto político-militar do Forte não chegou a se concretizar. Por sua vez o Lugar da Barra, como passa a ser conhecida a localidade que mais tarde dará origem à cidade de Manaus, deixa de ser um lugar com objetivo militar e passa a ser um entreposto para aqueles que subiam ou desciam tanto do rio Negro quanto o Alto Amazonas, como era conhecido o rio Solimões.

O ajuntamento de famílias indígenas ao redor do Forte dará início ao primeiro núcleo populacional. As características físico-culturais da gente que passa a habitar o espaço do Forte não deixa dúvida que a origem da cidade de Manaus foi eminentemente indígena. Porém, há um lacuna não preenchida pela historiografia oficial: quem habitava o espaço em que foi construída Manaus? Teria ocorrido o deslocamento com-

¹ O processo de fortificações portuguesas na Amazônia, segundo levantamento feito por Adélia de Oliveira, transcorreu entre os séculos XVI–XVIII. Acompanhando esse processo, as atividades de cunho econômico, como a plantação de cana-de-açúcar, a extração das chamadas “drogas do sertão” e a implantação da pecuária, além da questão religiosa, foram ações inter-relacionadas que objetivaram a ocupação do solo amazônico (Oliveira, 1993: 169-203).

pulsório de índios de outras partes da Amazônia ou foram atraídos pela persuasão religiosa? Independente dos mecanismos, das formas e dos motivos que fizeram com que levas de populações se estabelecessem em solo manauara, a presença, desde os primeiros dias, do Forte, foi significante².

O índios na cidade e os índios da cidades: a reprodução social no espaço urbano

Os meios de comunicação social têm estampado em seus noticiários, principalmente nos jornais de circulação diária, aspectos da situação social dos índios vivendo na cidade de Manaus. As matérias em si oferecem evidências empíricas para refletir, analisar e estudar os aspectos sócio-culturais e identitários dos vários grupos indígenas provenientes das etnias Baré, Tucano, Sateré-Mawé, Pira-tapuia, Wanano, Dessano, Kambeba, Arapasso, Ticuna, Mura, Tuyuca, Baniwa, entre outras, que vivem neste espaço urbano. Estas informações seguem duas linhas de noticiários: a primeira refere-se aos aspectos políticos das ações do Movimento Indígena Organizado, e a segunda ao processo de formação e reunião dos grupos tendo por base a família.

A presença dos índios no contexto urbano é uma realidade. Os bairros periféricos constituem-se em lugares privilegiados para onde convergem várias famílias indígenas provenientes de diversos horizontes étnicos. Discotecas, bares, bordéis, igrejas, festas comemorativas e associações políticas indígenas constituem-se por sua vez em espaços onde as relações sociais entre os índios são mantidas e os laços étnicos reforçados. Esses locais não estão sendo centrados num único ponto ou bairro; pelo contrário, estão situados em vários locais da cidade. Assim, não é possível pensar que um ou outro lugar seja de domínio exclusivo de determinado grupo étnico; é mais oportuno pensar que são pontos freqüentados por grupos pertencentes a determinada região.

² A historiografia oficial e as crônicas de época indicam a presença de um número significativo de índios habitando as margens do rio Negro; as sociedades indígenas mais conhecidas eram os Manaó, Baré, Mayapena, Baniba, Passé. Entretanto, não observo qualquer referência acerca de quem efetivamente habitava as terras onde está hoje erguida a cidade de Manaus. Dados de 1668 indicam tão somente a presença de índios Tarumã na “boca” do rio, que lhe serviram de denominação (Reis, 1989:69), (Monteiro, 1942:15). Acredito que seja pertinente atentar para a observação do Ouvidor Sampaio, descrito na obra *A função de Manaus*, pois segundo ele: “famílias inteiras de tribos convizinhas (...) esforçam-se por contribuir para o aumento do arraial” (Monteiro, 1942).

A inserção dos índios nestes espaços dá-se, em muitos dos casos, pelo acompanhamento ou indicação que um índio faz ao outro. Esses por sua vez constituem-se em pontos de encontros, que os levam a manterem verdadeiro intercâmbio, onde as informações provenientes dos municípios do interior do Estado, das áreas indígenas, são passadas e repassadas. As redes sociais que aí se formam servem para manter os índios informados acerca dos parentes que residem fora e dentro do contexto urbano. O uso da língua nativa é uma constante não só entre os mais velhos, mas também entre os jovens. No caso específico dos grupos oriundos da região do alto rio Negro, a língua tucano predomina. No entanto, há casos de jovens que pouco falam a língua materna, porém fazem questão de frisar que apesar de não falarem, entendem.

Fora desse espaços as relações restringem-se aos locais de trabalho, onde a identidade étnica nem sempre é assumida, e aos bairros, onde os círculos de relações com pessoas não índias são mantidos numa esfera restrita.

As ocupações profissionais exercidas pelos índios variam. Os que possuem escolaridade de segundo grau, em muito dos casos, exercem funções burocráticas em lojas, hotéis, órgãos públicos e escritórios comerciais. Aos que têm somente escolaridade de primeiro grau, restam as atividades de servente, empregadas domésticas e operários da construção civil, entre outras.

As relações sociais asseguradas entre os índios no espaço urbano estimulam reflexões sobre os processos e os níveis de operacionalização da identidade étnica. Muitos desses índios utilizam a “estratégia do silêncio”, como forma de preservar sua identidade, para através do não reconhecimento imediato ter maior sucesso na tentativa de se inserir e se articular dentro do espaço social da cidade. Essa forma configura a tentativa de assumir uma identidade de “caboclo” e de não serem reconhecidos como os habitantes (índios) das margens do rio em que foi erguida a cidade de Manaus, para que no final isto possa se traduzir na conquista do espaço social diferente ao seu, sem no entanto perder sua identidade étnica.

A construção, ou a reconstrução da identidade, em espaços sociais distintos do seu, são formas encontradas por cada uma das etnias para recompor-se e firmarem-se num processo de distintividade, que visa à reunião do grupo através de sinais diacríticos no espaço social (Carneiro da Cunha, 1987:17). Identificar à primeira vista o componente indígena na cidade de Manaus é um tanto complexo, tendo em vista que os olhos

amendoados, cabelos ondulados, pele morena, estatura mediana constituem-se em aspectos físicos que caracterizam o homem amazônico: o caboclo. Tais características servem de refúgio para os índios que, na figura cabapiranga, passam a escamotear sua identidade. Em vista disso, é necessário buscar a teia das relações sociais, o fio condutor da identidade étnica indígena, porque os traços físicos não seriam auto-suficientes para dar suporte à questão. Em suma, o processo de articulação social entre os índios, sejam os pertencentes aos mesmos grupos étnicos, sejam os de uma região de origem, ou ainda o próprio componente político que é a luta indígena, indica situações que criam e recriam os laços étnicos (Cardoso, 1976:XI).

Lugar de índios e lugar dos índios: articulação social e a dimensão da identidade étnica em Manaus

Como assinalamos, não podemos pensar que os índios que residem em Manaus estejam centrados num único bairro, ou que tenham privilegiado um espaço específico para reproduzir e firmar a sua identidade étnica. Ao invés de tomar como referência a espacialidade que muito se imagina quando o assunto em voga é a questão indígena, é mais oportuno, neste caso, pensar numa rede de relações sociais e culturais a partir da qual as famílias nucleares estabelecidas em diferente bairros configuram um “território cultural”.

Os meios de comunicação quando realizam reportagens ou documentários sobre os índios em Manaus procuram focalizar seus noticiários em bairros onde há predominância de determinadas famílias. Neste caso, as mais procuradas e divulgadas são as famílias da etnia Sateré-Mawé, residentes no bairro da Redenção, que atualmente agrega dez famílias, totalizando mais de quarenta e oito pessoas. Apesar do número significativo de famílias, neste bairro, outras provenientes do mesmo grupo étnico residem nos bairros da Liberdade, Alvorada, Armando Mendes, Mauazinho, Aleixo, União, Petrópolis, Novo Israel, e Tarumã, esta na área rural de Manaus.

É possível observar nas reuniões promovidas pela Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé – AMISM – os esforços desses grupos para se manterem distintos enquanto portadores de uma identidade étnica, não aceitando totalmente os valores impostos pela sociedade nacional. No caso dos Sateré-Mawé são visíveis os “sinais

diacríticos”, que os mesmos valorizam: preparação do capó³, confecção do artesanato, uso da língua materna, principalmente pelos mais velhos, pinturas corporais, ingestão da formiga saúva, apresentações de danças, entre elas a da tucandeira, ou as reivindicações e articulações políticas. O certo é que esses índios conseguiram nos últimos anos atrair a atenção dos manauaras.

A maior parte dos noticiários refere-se diretamente ao grupo Sateré-Mawé, todavia estes não são os únicos a terem espaço na mídia. Os índios da região do alto rio Negro, através da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN⁴ –, vez por outra têm se destacado nos meios de comunicação social. O aspecto que essas índias mais ressaltam nas entrevistas é o fato de, em sua maioria, serem empregadas domésticas e de estarem lutando contra o preconceito. As mulheres indígenas que participam direta ou indiretamente dessa associação são provenientes das etnias: Tucano, Wanano, Dessano, Arapassp, Tariano, Tuyuca, Baniwa. Assim sendo, o aglomerado étnico que se constitui chega em determinado momento a reproduzir a forma “hierarquizada e simbiótica das condições sociais e políticas da região do alto do rio Negro (Ramos, 1980). A maioria das mulheres dessa região, além da língua materna, domina as línguas tucano e portuguesa, sendo contudo a língua tucano a “língua oficial” falada nas reuniões da AMARN.

Quanto à “espacialidade política”, o *locus* privilegiado é a da sede da AMARN, situada no bairro do Aleixo: mulheres e crianças e, em momentos raros, os respectivos maridos, deslocam-se de diversas partes da cidade para participarem das reuniões. A maior parte das mulheres que freqüentam as reuniões reside principalmente na zona Leste da cidade.

O horizonte étnico indígena, na cidade de Manaus, é também representado por outros grupos de índios oriundos de localidades e regiões variadas. Os ticuna provenientes da região do alto Solimões, os Marubo do Vale do Avari entre outros, mantêm-se articulados mesmo sem estarem organizados enquanto movimento político através dos

³ Capó, para os Sateré-Mawé, é o processo de ralar pedra do guaraná numa cuia, que depois de pronta é repassada para as pessoas na reunião, sendo a preparação de exclusividade das mulheres.

⁴A Associação das Mulheres Indígenas do alto Rio Negro foi fundada em novembro de 1984, contando nesta época com o apoio da antropóloga Janethe Chernela. A associação passa a ter em seus quadros mais de trezentas mulheres, provenientes ou descendentes de várias etnias do alto do rio Negro.

laços de parentesco, onde as visitas entre parentes constituem-se em prática corriqueira. O caráter introvertido desses grupos parece ser a tônica que os mantém distantes dos movimentos políticos indígenas. Penso aqui mais especificamente nos Kambeba, que possuem um número significativo de membros e não conseguiram, ou não quiseram, se agregar ou formar uma associação indígena.

O território cultural indígena em Manaus

A questão indígena, no meio acadêmico ou não, sempre é tratada e discutida a partir da espacialidade, da aldeia, da reserva, das terras indígenas, que servem de referência para caracterizar o lugar dos índios. Tanto assim que as discussões em torno da saúde, educação, auto-determinação, autonomia econômica, ações assistenciais, políticas indígenas e indígenas, são direcionadas para essa espacialidade. Raros são os programas que visam beneficiar os índios que vivem fora desse contexto de “tribo”. O senso-comum, manifestado pela maioria das pessoas que residem nos espaços urbanos, trata a questão como sendo algo distante: “Aqui não tem índio, só no interior que tem...”. Tal fato reproduz a lógica dos discursos que tratam ou se referem à questão indígena de forma sistematizada, elaborada, excludente, separando os espaços sociais urbanos, e remetendo o “índio” para fora desse contexto.

É oportuno examinarmos com atenção a configuração do “território cultural” desenhada pelas redes de relações sociais entre os índios residentes no espaço urbano da cidade.

A princípio, a organização social dos grupos indígenas em Manaus centra-se nas famílias nucleares que, em sua maioria, vivem em diversas localidades de Manaus. Apesar da distância geográfica que separa os índios, há entre eles uma rede de relações sociais articulada, cujos fios condutores são os vínculos étnicos e políticos, onde valores culturais são recriados e reestruturados. A inserção em espaços sociais “brancos” como igrejas, grupos de jovens, escolas, bordéis, discotecas, além, é claro, das associações políticas indígenas, passam a se constituir em “células culturais”, visto que tais células constituem-se em espaços que servem para os índios reforçarem e firmarem a condição de serem portadores de uma identidade própria, diferente daquela proposta pela sociedade nacional. Em virtude disso, não é conveniente pensar que os índios

estejam isolados ou destribalizados no meio urbano. Ao contrário, os laços familiares assumem outras características, fazendo com que ocorram novas formas de relações sociais baseadas na constituição étnica e política, esta última centrando-se na própria questão indígena que é comum a todos.

Quanto ao aspecto da família nuclear e sua posterior reprodução, existe uma certa tendência em estimular o casamento seguindo uma ordem de prioridade: inicialmente, priorizam-se os membros do mesmo grupo étnico; em seguida os índios de outra etnia; depois o caboclo; e em última hipótese o “branco”. Essa tendência é explicitada, principalmente por índios que assumem para si a sua condição étnica; a justificativa para essa atitude, etnocêntrica, preponderantemente de caráter exogâmico, reside no fato de que o casamento com índios do mesmo grupo, ou aqueles mais próximos dele, não teria os costumes indígenas como obstáculos. O intercâmbio que esses índios mantêm com suas comunidades de origem constituem-se em forma de controle social mesmo estando fora de sua aldeia, porque com o casamento com um(a) não índio(o), haveria uma certa recusa de seus parentes em aceitá-la (a esposa) como membro da família, além de uma certa preocupação de como ele (índio) seria visto pelos seus parentes. Atrelados a isso estão os exemplos de casamentos mal sucedidos de índios com brancos, que sempre são lembrados, pelas desavenças e agressões que acontecem com esses casais, isto servindo para exemplificar e estimular o casamento entre índios.

As relações sociais identitárias, seja pela composição étnica que cada índio possui, seja pelos termos “índio” ou “parente” que os identificam na luta pela questão indígena, leva a uma rede de informações e afinidades que estimula o intercâmbio entre os índios, ora aproximando-os, ora afastando-os.

Os laços étnicos são fortalecidos pelos contatos, ainda que esporádicos, que os índios mantêm entre si. Vez por outra, a reunião de índios de diversos horizontes culturais se dá pelas festas de cunho familiar ou comemorativas. É comum observar o cuidado com a aparência e um certo “glamour” desses índios quando participam desses eventos. Nessa preocupação, nota-se a tentativa de escamotear a identidade étnica assumindo valores materiais e comportamentais não indígenas, que os levariam a serem interpretados como “quase não índios”. Ao contrário disso, é mais conveniente e sensato trabalhar na hipótese de desideologização da idéia de que há um traje, um lugar específico para índio e outro para branco.

Além disso, será que é possível pensar numa coadaptação através do arco de aliança política, propiciada pelas formalizações da extensão dos convites que são geralmente feitos aos não índios? Vejamos tais indícios. Primeiramente a extensão do convite abrange um certo número de pessoas que na maioria das vezes foram conquistadas por estes índios, ou seja, pessoas que os aceitam enquanto tais e possuem relações sociais compartilhadas, pois vivenciam o dia-a-dia desses índios.

Enfim, acredito que a “territorialidade cultural”, baseada nos limites extensivos das redes de relações sociais, sem estar delimitada enquanto espaço geográfico, assume uma característica peculiar no âmbito desse intercâmbio étnico. As relações sociais nos bairros periféricos em sua maioria são fechadas em determinados círculos. Motivados por uma distintividade étnica em relação ao “branco”, esses esforços não tornam os índios fechados em suas etnias, levando-os, a partir de suas afinidades, a transpor as fronteiras dos espaços urbanos “fechados”. Creio que tentar compreender os aspectos motivadores dessas relações, tendo como foco central a identidade étnica, permitirá rever como se processa a pertinência étnica no contexto “globalizante urbano”, não mais vista na forma simplista do “desaldeado” ou “destribilizado”.

Résumé

La question des Indiens est prise plus fréquemment dans son spécificité par rapport au village. Dans cette étude cette question est mise non en termes d'espace mais en considérant le “territoire culturel” constitué par un réseau de rapports sociaux dans la ville. Ce déplacement de la place d'observation entraîne une différente façon de considérer la question des Indiens au Brésil.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Alexandre & Pereira da Silva, Raimundo Nonato. “Entre a Cruz e a Espada: a Reconstituição Histórica do Movimento Indígena no Estado do Amazonas”. PIBIC – 1993/1995 (Universidade do Amazonas) Manaus-AM, 1995.
- Brandão, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: Construção da Pessoa Cultural*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1986.

- Carneiro da Cunha, Manuela. *Antropologia do Brasil*. Ed. Brasiliense/Edusp, 1986.
- Monteiro, Mário Ypiranga. *A fundação de Manaus*. Ed. Conquista, Manaus, 1988.
- Oliveira, Adélia Engrácia de. "Ocupação Humana". In Salati Enéas (org.) *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1983.
- Oliveira, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. Ed. Pioneira, S. Paulo, 1976.
- Porro, Antônio. *As crônicas do rio Amazonas: Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Ed. Vozes, S. Paulo, 1993.
- Ramos, Alcida Rita. *Hierarquia e simbiose: Relações intertribais no Brasil*. Ed. Hucitec, S. Paulo, 1980.
- Reis, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1969.
- Silva, Carlos Benedito Rodrigues. *Da terra das primaveras à ilha do amor: Reggae, lazer e identidade cultural*. Ed. Eduema, S. Luiz-MA, 1995.
- Silva, Marilene Corrêa da. *O país do Amazonas*. Ed. Universidade do Amazonas, Manaus, 1986.